

Código: 11

Questão 2

a) A Lei dos Orçamentos Orçamentários é o principal instrumento de integração entre o plano plurianual e a elaboração da lei orçamentária anual. É a LDO que estabelece as prioridades do exercício em consonância com as metas e prioridades ~~estabelecidas~~ estabelecidas pela PPA. Apesar de sua reconhecida relevância desde a constituição de 1988, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, seu papel enquanto instrumento de transparência fiscal ganhou destaque. Isso pois, além do conteúdo estabelecido na CF/88 relacionado às metas e políticas fiscais que respeitassem a sustentabilidade da dívida pública; mudanças de políticas tributárias; parâmetros salariais e contratações de servidores; a LDO passou a evidenciar de forma mais ampla questões fiscais. A partir da LRF é necessário que haja equilíbrio entre as despesas fixadas e previsão de receitas respeitando o equilíbrio dos Contas do Estado. Além disso, dois anexos foram adicionados à LDO pela LRF, o primeiro é o anexo de metas fiscais, que no contexto do sistema orçamentário se destaca como um mecanismo relevante de transparência fiscal. Nele são evidenciados despesas e receitas, projetados, além dos resultados nominal e primário, e dívida pública do exercício de referência e dos dois seguintes. O segundo anexo é o de riscos fiscais onde são evidenciados as passivas contingentes, ou seja, obrigações que podem ou não se ~~materializar~~ materializar, e outras situações que podem causar efeitos nas contas públicas. Para cada risco identificado no anexo devem ser evidenciados os possíveis impactos e providências que serão tomadas caso ocorra. Para além dos anexos citados, a LDO exerce uma função importante da perspectiva fiscal principalmente pela evidenciação prospectiva.

EM BRANCO

Código: 11

Questão 2

b) um dos princípios que regem o Orçamento é o do equilíbrio. Segundo esse princípio, ao se projetar receitas e fixar despesas deve-se usar parâmetros realistas e ser prudente. Tal premissa ganhou reforço principalmente pelo estabelecimento da Lei Complementar 101 de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual dentre outras questões exige o equilíbrio fiscal.

Nesse sentido, no contexto orçamentário, especialmente da LDO, o estabelecimento dos metas fiscais em observância e respeitando a sustentabilidade fiscal do Estado evidencia-se com um importante instrumento de gestão. O fato de se impor por que nenhuma despesa seja fixada sem a implicação da fonte de receita, por exemplo, visa conferir maior sustentabilidade das ações e programas governamentais. Outro aspecto, é a evidencição dos riscos fiscais e da transformação do patrimônio público.

Os parâmetros e conteúdos estabelecidos como mínimos e fundamentais auxiliam na definição de metas que respeitem, por exemplo, a capacidade arrecadatória.

Código: _____

EM BRANCO

Código: 11

Questão 3

a) O sistema orçamentário brasileiro é estabelecido fundamentalmente sob três leis hierarquizadas, a saber Plano Plurianual (PPA), Lei dos Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária anual (LOA). De forma integrada estes instrumentos coordenam o planejamento e execução ~~das~~ das ações do Estado. A dinâmica orçamentária é estabelecida primordialmente na Constituição Federal de 1988, complementada por outros dispositivos legais, como a Lei 4.320 de 1964 e a Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101 de 2000).

Na consideração as ~~funções~~ múltiplas funções exercidas pelo orçamento, sua elaboração, discussão, aprovação e publicação são dirigidos de maneira a garantir maior transparência, com democracia e que as necessidades da sociedade sejam supridas pelo Estado. Sua função política se destaca ao analisar as necessidades sociais e realizar as escolhas de alocação, ao ponto que a perspectiva econômica se ~~revela~~ revela na execução e qui liberação entre receitas e despesas, avaliação dos resultados. Do ponto de vista da gestão, é a partir do orçamento que se compreende de forma mais integralizada as ações do governo. Suas funções e naturezas acompanham a evolução do Estado, de modo a auxiliar de modo adequado o atendimento do interesse coletivo.

Acerca da dinâmica orçamentária, o PPA é o instrumento que estabelece um planejamento de médio prazo, sua vigência é de 4 anos. Nele são estabelecidos metas e prioridades que vão direcionar todo processo orçamentário, é elaborado de modo a observar as disparidades regionais buscando criar programas e políticas públicas ~~que~~ que supram as demandas de forma efetiva. A partir do PPA, a LDO estabelece dentro das metas e objetivos de médio prazo, as prioridades que deverão ser observadas no planejamento anual. Na LDO são estabelecidos

Código:

EM BRANCO



Código:

11

as orientações para elaboração da LOA. Nesse sentido, destaca-se a LDO como esse instrumento de integração entre o planejamento no PPA e a execução através da LOA.

Além da perceptível dinâmica do sistema orçamentário através da interligação de ações entre PPA, LDO e LOA, tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei da Responsabilidade Fiscal destacam a necessidade de compatibilidade entre os objetivos estabelecidos pela PPA, prioridades na LDO e LOA. Portanto, nenhum projeto deve ser iniciado sem a devida adequação e inserção na LDO e LOA.

b) Uma das principais características da dinâmica do sistema orçamentário brasileiro é a possibilidade de vultuosas de forma ampla as ~~metas~~ metas de ações do Estado. Nesse sentido após a aprovação da PPA, este deve ser tomado como referência inclusive para elaboração de planos e programas regionalizados e setoriais, a fim de que se alcance o que se é proposto por ele. Como destacado na questão anterior a lei exige a compatibilização entre PPA, LDO e LOA. Quando não se é respeitada, essa hierarquia a uma descoordenação no planejamento e execução, tal situação dificulta controle e transparência. Isso pois quando se estabelece as prioridades na LDO respeitando o PPA, por exemplo, são ~~os~~ descritos resultados esperados que podem ser acompanhados de forma mais organizada.

EM BRANCO



Código:

11

Questão 4

a) O planejamento orçamentário envolve o estabelecimento de metas, ou seja, resultados previstos que possam ser mensurados de forma quantitativa ou qualitativa. Essa estruturação auxilia na melhor acompanhamento da execução e ~~implementação~~ implementação dos objetivos do Estado.

Através da mensuração dos resultados, ou mesmo da desenvolver de implementação das ações, os dados obtidos auxiliam na compreensão de como se ~~desenvolve~~ desenvolve o programa, se as metas são equilibradas, ou no caso de já finalizado a execução se os resultados foram aqueles previstos.

Os indicadores no planejamento e nas políticas públicas são, de certa ~~forma~~ maneira, a tradução em dados, seja ~~em~~ quantitativos ou qualitativos, sobre as decisões de alocação de recurso público para o atendimento das necessidades da sociedade. São importante instrumento de tomada de decisão, mas também de accountability.

b) A partir da mensuração dos indicadores é possível avaliar de forma mais objetiva como são alocados os recursos e seus resultados. Nesse sentido ao avaliar as políticas públicas e ações do Estado devemos nos basear em três conceitos relevantes. ~~Os conceitos são:~~ ~~os conceitos são:~~ ~~os conceitos são:~~ ~~os conceitos são:~~ ~~os conceitos são:~~ A eficiência pode ser entendida como a alocação do recurso de modo a alcançar o interesse público. Enquanto eficácia amplia para a aplicação eficiente dos recursos, mas com a otimização dos resultados. A efetividade por outro lado destaca o cumprimento do propósito estabelecido e do resultado obtido. Apesar de conceitos diferentes, ao se aplicar as políticas públicas podemos identificar ações que foram eficientes na alocação dos recursos, mas

Código: _____

EM BRANCO



Código:

11

não necessariamente são efetivos no propósito de implementação, por exemplo. Tal situação envolve muitas vezes a complexidade e diversidade de fatores envolvidos na administração pública, fator esse inclusive que limita muitas vezes até a própria mensuração dos resultados.

Além da complexidade envolvida, em diversas coisas como políticas de duração continuada, há uma ampliação na dificuldade de mensuração de forma tempestiva os resultados, em muitos casos após anos de implementação é que de fato os resultados tornam-se mensuráveis de certa forma.

EM BRANCO